



A prevista missão EUFOR Líbia é já parodiada como mentira do dia das ditas - anunciada a 1 de Abril, nunca foi accionada

Líbia: mais UE, precisa-se!

A actuação da comunidade internacional foi crucial para impedir, à justa, nos últimos minutos, o massacre da cidade de Bengasi em 19 de Março passado. A legitimação da intervenção militar na Líbia, através da resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), fica na história por ter invocado - e permitido, assim, pôr em prática - o princípio da "Responsabilidade de Proteger".

Com a abertura de um gabinete da União Europeia (UE) em Bengasi, a 22 de Maio passado, a bandeira da UE passou a estar hasteada na recriminada Praça da Liberdade, como símbolo da solidariedade europeia para com o povo líbio. A UE já forneceu também mais de 140 milhões de euros em assistência humanitária para acorrer às necessidades emergentes do conflito na Líbia.

No entanto, no domínio da segurança e da estratégia política na Líbia, falta à UE liderança e unidade de acção. Tal como tem faltado na resposta à crise económica e financeira, interna e global.

Na Líbia, no plano militar, os Estados-Membros estão a actuar unilateralmente ou de forma limitada no quadro da NATO - como recentemente, em Bruxelas, lamentou o secretário da Defesa americano. A prevista missão EUFOR Líbia é já parodiada como mentira do dia das ditas - anunciada a 1 de Abril, nunca foi, de facto, accionada, já que o Conselho Europeu a fez ficar dependente de um pedido do OCHA (Gabinete da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários), que nunca veio. Nem realmente precisa de vir, porque todos os membros da ONU já dispõem de claro e amplo mandato determinado pelo Conselho de Segurança.

Porquê este subterfúgio europeu? Importa recordar que, ao votar a resolução 1973 no CSNU, a 17 de Março, os Membros da UE se dividiram, com a Alemanha chocantemente a abster-se. E apesar de o Parlamento Europeu pedir, numa



Ana Gomes

resolução aprovada já a 10 de Março, o uso de meios aéreos e navais no âmbito da Política de Segurança e Defesa Comum (PSDC) para impor o embargo de armas, a EUFOR Líbia acabou por ser apresentada, por continuado desacerto entre Governos no Conselho Europeu, como uma missão para apoiar a assistência humanitária. O que está errado: a EUFOR Líbia devia ser uma genuína missão PSDC, com componentes militares e civis para ajudar a fazer respeitar o embargo de armas, a vigiar as longas e porosas fronteiras da Líbia e, primordialmente, a proteger a população civil, como determinado pelo CSNU.

Claro que a EUFOR Líbia poderia também ter ajudado a abrir corredores humanitários para facilitar a assistência a Misurata e outras cidades prolongadamente bombardeadas pelas forças de Khadafi e, mais recentemente, às povoações berberes cercadas nas montanhas a oeste de Trípoli. Mas encarar a EUFOR Líbia como resposta a necessidades humanitárias pode pôr em causa outras operações de carácter realmente humanitário: não é por acaso que as organizações humanitárias em regra rejeitam ligações próximas a forças militares - cuidam assim de preservar a percepção de imparcialidade que lhes facilita o acesso a vítimas em qualquer parte nos conflitos.

O papel da NATO na Líbia não pode servir como desculpa para a inércia da UE no plano militar e de segurança. A UE está a perder uma oportunidade para actuar de forma coordenada no âmbito da PSDC e em articulação com a NATO. O que é tanto mais inaceitável quanto têm sobrado actuações desgarradas (como o assumido fornecimento de armas aos rebeldes pela França). Se a EUFOR Líbia estivesse a operar, talvez já tivesse sido ultrapassado o impasse no terreno, com Khadafi ainda em Trípoli e a sujeitar a população a tanto sofrimento.

Nestas circunstâncias, e como pedem cada vez mais vozes líbias, a prioridade para a UE deve ser agora disponibilizar parte dos activos congelados do regime de



Khadafi - que pertencem ao povo líbio - para que, sob supervisão do CSNU, o Conselho Nacional Transitório possa responder às necessidades básicas da população e manter a administração nas zonas libertadas.

No período pós-Khadafi os líbios e a comunidade internacional esperarão ainda mais da UE. O Serviço Europeu de Acção Externa precisa de começar já a preparar assistência para a capacitação institucional, essencial para a governação na transição e para construir um Estado democrático na Líbia. Incontornável terá de ser o apoio ao desarmamento, desmobilização e reintegração dos cidadãos que tiveram de pegar em armas, como parte de uma reforma do sector de segurança que contribua para um processo de reconciliação nacional. Mas também o apoio a reformas constitucionais, eleitorais e do sistema judiciário indispensáveis, incluindo a criação de partidos políticos, apoio a *media* independentes e à expressão da sociedade civil, tendo direitos humanos, igualdade de género e sustentabilidade ambiental como preocupações transversais.

Trata-se de um tremendo desafio para a política de vizinhança da UE. E uma oportunidade imperdível para investir nos valores e princípios que a UE preconiza globalmente: Estado de direito, democracia e desenvolvimento. Só assim poderão também ser servidos os interesses estratégicos da própria UE. *Deputada ao Parlamento Europeu, relatora permanente para a Líbia*

O papel da NATO na Líbia não pode servir como desculpa para a inércia da UE no plano militar e de segurança